azambuja
A evolução é natural

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE JUNHO DE 2012

----Aos vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e doze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ----------

ORDEM DO DIA

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal
2. Protocolos:
   2.1. Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia: Aditamento **Proposta Nº 29/P/SL/2012**
   2.2. Cedência de Máquinas e Equipamentos de Corte de Vegetação às Juntas de Freguesia – **Proposta Nº 6/VSL/2012**
3. Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes: Prorrogação de Prazo – **Proposta Nº 28/P/2012**
4. Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia da A.M. (LCPA) **Proposta Nº 33/P/2012**
5. Alteração ao Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos **Proposta Nº 22/VP/2012**
6. SRU, E.M. – Alteração aos Estatutos – **Proposta Nº 5/V-AMF/2012**
7. Declaração de Interesse Publico -Instalação do Estaleiro de Apoio à Obra de Beneficiação/Reforço do Pavimento da A1, Sublanço Carregado/Aveiras de Cima – **Proposta Nº 36/P/2012**
8. Reconhecimento de Interesse Público - Instalação Estabelecimento de Restauração e Bebidas, realização de eventos – Qtª da Lapa – **Proposta Nº 24/P/2012**
9. Procedimento para Autorização da Assunção de Compromissos Plurianual – Aquisição de Comunicação de Dados e de Voz Móveis – Escolha de Procedimento **Proposta Nº 17/VP/2012**
10. Aprovação do Caderno de Encargos e Programa do Concurso público N. 1/2012/CCE-Aquisição de Refeições Escolares – **Proposta Nº 04/VAMF/2012**
11. Alteração ao Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública – **Proposta Nº 16/P/2012**
12. Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Azambuja

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião a Sra. D. Vera Lúcia Brás, em substituição do 1º Secretário, e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. ----------

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Carlos Alberto Antunes Nabais, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Colaço Dias, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Dina Teresa de Sousa Patrício e Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge. ----------

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio, António José da Fonseca Nobre e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. ----------

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Ana Sofia Dias Ajuda, Luís Eduardo Salvaterra da Silva e Manuel Maria Valadares Couceiro iriam ser substituídos por, respectivamente, Carlos Alberto Antunes Nabais, Dina Teresa Sousa Patrício e Manuel Colaço Dias. ----------

Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver "quórum" e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados Municipais. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- Ao iniciar este ponto, o Sr. Presidente da Mesa solicitou que, em função de ter recebido o pedido de renúncia ao cargo do Sr. Rui Augusto Nabais, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, fosse incluído, no final da Ordem do Dia, um ponto para a eleição do seu substituto. ----------

O pedido para inclusão deste ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Aproveitou também a oportunidade para informar que tinha acabado de receber outros dois pedidos de renúncia aos cargos. Um da Sra. Ana Sofia Dias Ajuda, e outro da Sra. Ana Rita Oliveira. ----------

---- Posto isto, o Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. ----------

---- Interveio o Sr. Luís Pedro Rodrigues, representante do Rancho Folclórico Os Camponeses do Vale do Brejo, dizendo que, tal como as restantes coletividades, a que vem hoje aqui representar está com dificuldades na apresentação às Finanças do Modelo 22 (IRC), que tem de ser feita obrigatoriamente até ao próximo dia 12 de Julho. Como a maioria delas não têm escrita organizada nem Técnico Oficial de Contas (TOC), perguntou se a Câmara lhes pode dar alguma ajuda na resolução deste assunto. ----------

---- Em resposta interveio o Sr. Presidente da Câmara informando ter conhecimento desta situação e, por conseguinte, as coletividades iriam ser avisadas de que na próxima sexta-feira à noite os Técnicos da Câmara da área das finanças irão explicar aos membros das coletividades, interessados em participar nessa sessão, o que terão de fazer para ultrapassar esta questão legal. ----------

---- Não havendo outras intervenções por parte do Público e antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a colaboração dada a este órgão, ao longo dos anos, pelo Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira uma vez que está prestes a retirar-se. ----------

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para informar de ter colocado à disposição o seu lugar de líder da bancada socialista, ao Presidente da Concelhia do PS, recentemente eleito, conforme estipula a lei 5-A/2002. Agradeceu também a colaboração do Sr. Deputado Justino Oliveira desejando-lhe felicidades para o futuro. Terminou a sua intervenção inquirindo a Câmara sobre a situação do processo da Quinta do Mor. ----------

---- Pediu para intervir neste ponto o Sr. Deputado Daniel Claro. Começou por saudar o Sr. Justino Oliveira salientando a figura incontornável da sua pessoa enquanto autarca no Concelho. Saudou igualmente o Sr. Dr. Nabais, que irá também retirar-se da cena politica. Posto isto disse que pretendia colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara. Perguntou se houve alguma alteração ao tarifário das águas do Concelho, ainda que subtil, e, no caso de ter havido, se a mesma foi aprovada pela Câmara Municipal. Tendo tido conhecimento através dos jornais que a Câmara se estava a preparar para aumentar as taxas, nomeadamente a dos resíduos sólidos, quis saber se efetivamente estas notícias são verdadeiras. A ser verdade, perguntou se a Câmara se tinha intenção de mandar fazer algum estudo técnico que suporte o referido aumento e a quem. ----------

---- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis interveio a seguir para pedir alguns esclarecimentos. Sobre a fatura das Águas de Azambuja voltou a chamar a atenção para a forma como é apresentada, como está a ser cobrada e para a pressão da água que entra em casa dos munícipes. Através dos Jornais disse ter tido conhecimento que a Câmara comprou um piano, pelo que pretendeu saber se a noticia tem ou não fundamento. Lembrou mais algumas situações, já denunciadas por ele noutras sessões, como a deficiente sinalização em Aveiras de Cima e os transtornos que isso provoca na circulação do trânsito de pesados, o estado da estrada do Vale do Zambujo e o pagamento dos subsídios às coletividades. Por último abordou a questão

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

da Televisão Digital Terrestre (TDT) que, quanto a ele, para além de ser um mau serviço, é também um roubo aos cidadãos. ----------

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para agradecer as palavras que lhe foram dirigidas, tendo aproveitado o ensejo para esclarecer que não renunciou ao mandato, apenas pediu a sua suspensão por um ano, com inicio em 1 de Julho próximo. Depois quis ser esclarecido sobre algumas questões que, do seu ponto de vista, são prioritárias como o alargamento do cemitério de Aveiras de Cima, reabertura das piscinas municipais e os terrenos da AUGI para os futuros quarteis da GNR e da Cruz Vermelha. No que se refere ao Parque Urbano da Milhariça, que o Sr. Presidente da Câmara já informou que não iria ser feito, pediu que, pelo menos, o projeto fosse concluído, por forma a ser exequível numa melhor altura. Relembrou outras obras que ainda estão por fazer, como o emissário do Vale do Brejo/Vale Coelho e o Centro Escolar de Aveiras de Cima. ----------

---- Em resposta aos pedidos de esclarecimento, interveio o Sr. Presidente da Câmara. Começou a sua intervenção por manifestar a sua amizade e a sua admiração pelo Sr. Deputado Justino Oliveira e a colaboração que sempre deu à Câmara em todas as iniciativas em prol da população da sua freguesia. ----------

Relativamente às questões colocadas, disse que o processo da AUGI está na fase final. Na próxima semana ir-se-á escrever à Administração da AUGI, enviando-lhe todos os elementos, tendo em vista a convocação da assembleia geral para aprovar o desenho final, para ser apresentado à Câmara e à Assembleia Municipal. ----------

Esclareceu também o Sr. Presidente não ter conhecimento de qualquer alteração ao tarifário das Águas de Azambuja. No que diz respeito às taxas, informou que a legislação, que entrou em vigor em Agosto de 2009, obriga a que no prazo de 3 anos haja uma compatibilização entre as tarifas devidas por prestação de serviços de águas, esgotos e resíduos sólidos. Assim sendo, referiu ser provável que a aplicação dessa legislação faça com qua haja alteração a essas tarifas, nomeadamente, a dos resíduos sólidos. Relativamente ao estudo, o Sr. Presidente da Câmara disse não ser necessário uma vez que existe um que foi feito aquando do estudo geral das taxas, pela Intercismet, que a Câmara está a ponderar atualizá-lo. ----------

No que diz respeito às questões formuladas sobre as Águas de Azambuja, o Sr. Presidente esclareceu que todas elas são encaminhadas, pelo que julgava que a situação da fatura já estivesse resolvida. Será, igualmente, reportada a questão da pressão da água. ----------

---- Quanto ao piano, disse que foi uma compra efetuada há quatro anos pela Câmara na sequência de um protocolo com a Orquestra Metropolitana de Lisboa e já foi utilizado dezoito vezes. ----------

A postura de trânsito ainda não está concluída e os subsídios às coletividades vão ser processados parcialmente até ao fim da próxima semana. Quanto à reparação da estrada do Vale do Zambujo, o Sr. Presidente disse que Câmara não tem disponibilidade financeira para a fazer. ----------

Sobre o alargamento do cemitério de Aveiras de Cima, o Sr. Presidente informou tratar-se de uma situação que se terá de encarar. O projeto das piscinas municipais está pronto, aguarda-se, no entanto, pela reabertura das candidaturas a fundos comunitários para se avançar com a obra. Já sobre o Parque Urbano da Milhariça o Sr. Presidente reiterou a informação, já dada anteriormente, de que atualmente não existem condições financeiras para o fazer, embora a questão do projeto possa ser analisada. Informou ainda que o Emissário do vale do Brejo estará pronto até final do mês de Agosto e a obra do Centro Escolar de Aveiras de Cima só ainda não começou porque os fundos comunitários foram suspensos. ----------

---- Seguidamente, interveio o Sr. Vice-Presidente para responder à questão sobre a TDT. Informou que esteve numa reunião em Santarém onde teve conhecimento de que a Segurança Social tem, atualmente, um projeto em marcha destinado a apoiar os mais carenciados na aquisição e montagem dos aparelhos. Logo que esta intenção seja posta em prática, o Sr. Vice-Presidente informou que seria feita a competente divulgação. Relativamente à captação do sinal, disse que tem tido conhecimento de que a mesma é deficiente. Sabe, igualmente, que em Alcoentre o Presidente da Junta já enviou uma petição à PT e que a Câmara também já reforçou essa petição junto da referida entidade. Soube que, depois disso, os técnicos da PT já lá andaram, no entanto, desconhecia se o problema já estaria resolvido a 100%. Havendo dificuldades noutras localidades pediu para que as mesmas lhe fossem comunicadas.

---- Interveio, de seguida, o Sr. Deputado António Godinho. Iniciou a sua intervenção saudando o Sr. Deputado Justino Oliveira que, por ter dedicado grande parte da sua vida à causa pública, merecia esta simbólica homenagem. ----------

A restante intervenção foi feita lendo o documento que a seguir se transcreve: -------

---- "Desde o início do presente mandato autárquico a CPFNT sempre defendeu a dignificação da Assembleia Municipal de Azambuja. Ao longo destes quase três anos de mandato, os eleitos pela Coligação sempre procuraram contribuir positivamente para esta tão necessária dignificação. Até porque o poder local pouco ou nada ganha com uma Assembleia Municipal sem autonomia e que apenas seja uma mera correia de transmissão da crítica e submissa da velha maioria que desgoverna a Câmara. -----

Ao longo destes quase 3 anos de mandato, tudo temos feito para que a Assembleia Municipal não seja submissa e se afirme naquilo que ela tem de ser realmente: O verdadeiro órgão fiscalizador da Câmara Municipal e o principal fórum de debate sobre os desafios do desenvolvimento que se colocam ao Município de Azambuja. -----

Neste esforço pela dignificação da Assembleia Municipal temos encontrado parceiros leais, como a CDU e BE, temos tido colaboradores hesitantes, como o Deputado Municipal José Manuel Pratas e temos trabalhado com um Presidente da Assembleia honesto e transparente, por vezes pouco afirmativo perante o poder executivo e titubeante na defesa deste nosso Órgão, perante a velha maioria que desgoverna a Câmara. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

Se o Presidente da Assembleia Municipal não fosse pouco afirmativo, perante a velha maioria que desgoverna a Câmara, nunca os Senhores Deputados tinham sido confrontados com a gigantesca ordem de trabalhos que hoje temos. Uma ordem de trabalhos que está feita para que não se discuta com tempo. Uma ordem de trabalhos que está feita para que não haja escrutínio à velha maioria. Uma ordem de trabalhos que está feita apenas para que a Assembleia seja uma mera correia de transmissão da crítica e submissa da velha maioria socialista que desgoverna a Câmara de Azambuja. ----------

Não temos dúvidas de que esta situação é mais um ataque à autonomia e à dignificação da Assembleia Municipal pelo trato da maioria socialista que, cada dia que passa, se sente mais acossada quando é confrontada com os seus próprios erros, atos e omissões. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

É também por isso que hoje esta Assembleia Municipal vai discutir uma proposta, que afasta do nosso escrutínio a fiscalização a todo um conjunto de despesas que, no futuro, serão realizadas pela Câmara. Ao dispensar a autorização prévia da assembleia Municipal para a realização dessas despesas, a velha maioria socialista que desgoverna a Câmara apenas quer um instrumento financeiro eficiente para usar discricionariamente durante o próximo ano num desespero de não perder mais umas quantas centenas de votos. Não é um saco azul mas esta proposta será para sempre conhecida como o saco rosa. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

Ao afastar esta Assembleia Municipal do escrutínio prévio de tais despesas, a velha maioria socialista, que desgoverna a Câmara, desfere mais um golpe na autonomia e dignificação deste Órgão. Por isso, não temos dúvidas que a velha maioria socialista, que desgoverna a Câmara, não quer uma Assembleia Municipal autónoma, respeitada e com voz forte de si própria, pois tem medo de continuar a ser confrontada com os seus próprios erros, atos e omissões. ----------

É também por isso que na última reunião de Câmara, a velha maioria socialista afirmou que a realização das reuniões da Assembleia Municipal poderia levar a Câmara à bancarrota. Foi com este tipo de argumentos que Salazar domesticou a Assembleia Nacional de então. Mas aqui ninguém nos vai domesticar. Somos todos deputados eleitos pelo povo do Concelho de Azambuja, não somos os cãezinhos de quem manda na velha maioria socialista e a nós não nos levam a passear de motorista e de carro oficial. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

Se a Câmara de Azambuja está próxima da bancarrota tal não resulta do número de reuniões da Assembleia Municipal. Tal resulta apenas, e tão só, de que a velha maioria socialista, que desgoverna a Câmara, tocou nas teclas erradas do piano da gestão económico-financeira do Município. ----------

Desde 2009 que as receitas municipais estão em queda e isso estava à vista de todos

e nós dissemos dezenas de vezes, na Câmara e na Assembleia Municipal. Perante o agravamento da situação financeira da Câmara exigia-se e continua a exigir-se uma gestão com bom senso por dentro e prioridades claras. E o que tem feito a velha maioria socialista que desgoverna a Câmara? ----------

Corta nos subsídios às Associações e Coletividades; ----------

Corta nas bolsas de estudo e de mérito; ----------

Corta nos apoios financeiros às Instituições Sociais; ----------

Corta na iluminação pública; ----------

Enfim, corta, corta, corta .... ----------

Mas a velha maioria socialista, que desgoverna a Câmara, não corta nos seus luxos e nas gorduras da máquina político-administrativa que montou e que custa centenas de milhares de euros todos os anos. ----------

E, por isso: ----------

Comprou-se um carro novo para a Presidência; ----------

Contratou-se mais uma Secretária para o Gabinete de Apoio ao Presidente; ----------

O Motorista do Presidente continua a ir e a vir todos os dias de Lisboa com combustível e portagens pagas por todos nós; ----------

Continuamos com 4 Vereadores em permanência, com vencimentos mensais superiores a 2 mil euros, sem que se saiba bem o que alguns fazem durante o dia e que insuspeitos socialistas já apelidam de incompetentes na comunicação social; -----

Continuamos a ter um staff de cinco secretárias nos gabinetes da velha maioria, mas nem os gabinetes dos ministros têm tal secretariado; ----------

Continuamos a ter responsáveis da velha maioria que usam o carro, que lhes foi atribuído por razões oficiais, para fazerem compras ao fim de semana nos supermercados de Rio Maior; ----------

Continuamos a ter 3 Diretores de Departamento e 9 Chefes de Divisão, uma estrutura absurda para uma Câmara como a nossa. A Câmara das Caldas da Rainha pode não ter planos mas tem saúde financeira e apenas tem três chefes de divisão e o gabinete do presidente e dos vereadores não têm secretárias. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

São todos estes abusos que são o verdadeiro causador da gravíssima situação económico-financeira em que a Câmara se encontra. São abusos que a lei permite? Sim São abusos que são legais? Sim. Mas são eticamente reprováveis. ----------

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ----------

O Concelho de Azambuja precisa de uma mudança real e responsável. Não uma mudança do "sai daí tu para ir para aí eu" dançada pelos mesmos de sempre ao som de um qualquer concerto de piano. ----------

O Concelho de Azambuja precisa de uma verdadeira mudança política protagonizada por pessoas diferentes, livres do passado e deste presente, que implementem um choque de gestão eficiente e com rigor ético. Por isso, a cada dia que passa, a responsabilidade das oposições cresce. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

O Povo do Concelho de Azambuja reclama a mudança. Azambuja merece a mudança. Pela nossa parte vamos continuar a trabalhar afincadamente para que a mudança chegue depressa, sem olhar a diferenças ideológicas ou clubismos partidários. A mudança será feita com todos e por todos, porque tudo tem um fim até a velha maioria socialista, que desgoverna a Câmara de Azambuja." ----------
---- Neste ponto, pediu também para intervir o Sr. Deputado Herculano Martins a fim de colocar algumas questões. Disse serem inaceitáveis as condições em que está a decorrer a presente reunião e que esta Câmara nunca teve a mínima preocupação para com a Assembleia Municipal. Salientou que têm passado por diversas salas, todavia, todas elas, sem condições. Hoje o calor que se faz sentir é horrível e inaceitável. Acrescentou que qualquer Junta de Freguesia do Concelho tem melhores condições para a realização das sessões da Assembleia Municipal. Quis saber a razão de ter sido agora incluído um ponto na ordem de trabalhos para a eleição do 1º Secretário e não na altura em que a mesma foi feita. ----------
Subitamente, o Sr. Deputado ficou bastante perturbado com o facto de o Sr. Presidente da Câmara se estar a ausentar da sala enquanto ele estava a usar da palavra. Um facto que, segundo referiu, vem a repetir-se, sistematicamente, em todas as sessões, sempre que é a sua vez de intervir. Qualificou este comportamento de muito desrespeitoso e que, por esse motivo, iria abandonar a sessão. ----------
---- Interveio, a seguir, a Sra. Deputada Dina Patrício querendo saber a quem se deve dirigir para resolver um problema com a fatura das Águas de Azambuja, uma vez que já foi reclamar à empresa, todavia, sem sucesso. ----------
---- O Sr. Deputado António José Rodrigues também pediu a palavra para solicitar alguns esclarecimentos. Começou, primeiramente, por dar o seu apoio ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente por ter denunciado o comportamento inadequado do Sr. Presidente da Câmara sempre que este está no uso da palavra. A seguir, quis salientar o trabalho desenvolvido pelo Sr. Deputado Justino Oliveira, que remonta ao tempo do 25 de Abril de 1974, tendo, inclusivamente, passado por todos os cargos da Administração local. Em sua opinião, o Sr. Justino é das pessoas mais bem preparadas para exercer cargos na Administração Local devido à sua perspicácia, vontade, maneira de ser e pela sua dedicação à causa pública. Uma pessoa que sempre tem assumido as suas tarefas com elevado empenho, dedicação e consideração por toda a gente. ----------
Relativamente ao Sr. Deputado José Manuel Pratas, disse que, provavelmente, o Deputado não se vai embora porque está muito calor mas sim porque não deve ter gostado que a sua bancada não se tivesse disponibilizado para transferir a sede da Assembleia Municipal para Aveiras de Cima, por forma a aí se realizarem a maior parte das sessões deste Órgão. Acrescentou não se compreender a razão pela qual o Grupo do PS toma esta posição pois, a nível das instituições europeias, cada órgão tem a sua sede num país diferente e numa capital diferente. Relativamente ao Primeiro Secretário da Mesa, referiu que também não deve ter sido por acaso que o

mesmo se foi embora. Nos últimos 5/6 anos foram aqui aprovados regulamentos autárquicos que são aberrações jurídicas. Em mais do que um regulamento confunde-se Camara Municipal com Município e houve casos de exposições que não estavam devidamente redigidas. Quer um quer outro caso mereceram, da sua parte, algumas advertências e tiveram quase sempre o acordo do 1º Secretário nessas suas intervenções. ----------

Relativamente à Quinta do Mor, na última sessão da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, em resposta a um membro do público presente, não foi rigoroso quando disse, a determinada altura, que os proprietários têm que procurar fazer o caminho deles e pagarem o que lhes é imposto, uma vez que toda a gente pugna pela sua habitação. Para isso, disse ter que haver um paralelo em relação a outras situações. Existem dois bairros da Socasa em Azambuja e um em Vila Nova da Rainha, onde a Câmara investiu milhares de contos na anterior moeda e outros tantos milhares de euros na nova moeda. Claro está com alguma vantagem económica para as pessoas que usufruíram da construção das infraestruturas pagas pela Câmara Municipal. A questão do bairro da quinta do Mor, toda a gente sabe que é ilegal, mas as pessoas pagam contribuição autárquica, cuja receita é para o Município. Lembrou que, antes de a Câmara ter feito alguma coisa na recuperação daquele bairro, já tinha arrecadado muito dinheiro dos seus proprietários. Procuraram defender terrenos que estavam juridicamente inviabilizados, construindo em parcelas rústicas que não tinham os requisitos indispensáveis para o poderem fazer, mas fizeram-no. Como fizeram cerca de 400.000 famílias na periferia da grande Lisboa (Loures, Odivelas, Sintra, Amadora, Setúbal, Sesimbra, etc.). Disse ainda que se deve fazer um paralelo com aquilo que tem sido a bagunça dos PDM's a nível nacional. De acordo com um estudo da Ordem dos Engenheiros, está prevista a construção de habitação para 35 milhões de pessoas. Ora, tendo Portugal 10 milhões de habitantes, fica a sobrar uma enorme quantidade de parque urbano. Constata-se, assim, que as Administrações Central e Local têm contribuído para esta bagunça toda, em termos de falta de rigor e de ética, em relação àquilo que são os bairros clandestinos. ----------

---- A fim de ser esclarecido sobre algumas questões pediu a palavra o Sr. Deputado Manuel Colaço Dias. Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara disse que a ligação dos esgotos de Vila Nova de S. Pedro iria ser feita sem custos para os munícipes, quis saber se era verdade que os habitantes da Torre de Penalva tinham que pagar cerca de 450 euros, conforme andava a constar. ----------

---- O Sr. Deputado José Manuel Pratas pediu também a palavra neste ponto. Começou por dizer que algumas intervenções mais pareciam a abertura da campanha eleitoral. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Manique do Intendente concordou ser recorrente o comportamento do Sr. Presidente da Câmara em se ausentar ou não responder sempre que ele intervém. ----------

Relativamente à compra do piano, sugeriu, a título de graça, que se fizesse uma comissão de inquérito para avaliar se a compra foi bem ou mal feita. O Sr. Deputado

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

disse lamentar que apenas se critiquem as coisas menos boas ou, talvez, as menos esclarecidas. Sobre a intervenção do Dr. Godinho, disse que a lei agora aprovada veio asfixiar o poder local. Começou pelas freguesias e a seguir será a vez dos municípios.
---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Daniel Claro para dizer que, talvez por se aproximar a campanha eleitoral, se acotovelam os membros da assembleia para irem dizendo alguma coisa. Nos últimos dias, no tarifário que figura no site das Águas de Azambuja, o preço por m3 é /30. Em Alenquer, surge até uma situação muito mais interessante, a Câmara Municipal pronunciou-se sobre as taxas, fez um edital, não tem o tal /30, mas a Águas de Alenquer tem o /30. Por tudo aquilo que tem vindo a alertar, o Sr. Deputado disse que não iria hoje analisar uma coisa interessantíssima e que é o facto da ele ter vindo a dizer que, ao longo dos anos, Azambuja tem sido a autarquia com a água mais cara. E não iria analisar esta questão hoje, porque a mesma tem a ver com a correlação das tais taxas que o Sr. Presidente não aumentou, na medida em que se tornava socialmente incomportável, facto que prejudicou o Município. Para que a concessão fosse mais atrativa, efetivamente, manter a taxas de resíduos sólidos num patamar mais baixo prejudicou o Município. Esta é a discussão que, em sede de revisão do contrato das águas e em sede da revisão das taxas, ir-se-á que ter aqui, referiu. Foi um erro estratégico, cometido pela Câmara, ao fazer a concessão nos moldes em que o fez e sem qualquer estudo do impacto financeiro. ----------
Dirigindo-se à bancada da CPFNT, disse que as reuniões da comissão permanente são necessárias porque assim podem abster-se na votação de um assunto à terça-feira e votar contra o mesmo assunto na reunião da Assembleia à quinta. ----------
No que diz respeito à questão do piano, o Sr. Deputado, admitindo o facto de se poder contestar tudo, disse, no entanto, ter dificuldade em admitir que se envolvam pessoas externas, que nada têm a ver com o assunto, nomeadamente, o filho do Dr. Ramos, um jovem promissor deste Concelho. ----------
Chamando a atenção da Câmara para o facto de o nosso município ter jovens, cujo valor se destacam dos demais, nas áreas da pintura, da música e da investigação, disse que seria um bem inestimável para o Concelho a promoção de um encontro da Juventude, sem tema e perfeitamente aberto, para que todos pudéssemos ouvir, com humildade, o que esses jovens têm a dizer sobre o nosso concelho. ----------
---- Interveio a seguir o Sr. Deputado António Godinho dizendo que já estava a imaginar o título dos jornais locais que sairiam a dizer que o líder da bancada parlamentar do partido socialista critica o Presidente da Câmara. Com isto pretendeu dizer que não foi a CPFNT que iniciou a campanha eleitoral. ----------
Sobre a questão das águas, quis saber quem é que acompanha, monitoriza e fiscaliza a empresa, por forma a verificar se as indicações, que a Câmara diz que são frequentemente transmitidas, são seguidas ou não. Disse ser tempo de o Sr. Presidente ou o Sr. Vereador Silvino dizer basta às Águas de Azambuja. ----------
---- O Sr. Presidente da Câmara interveio a seguir para responder às questões colocadas. Em relação a esta última intervenção, disse que este mês já foi mudado o

Diretor das Águas de Azambuja, exatamente, por causa desse conjunto de coisas que têm vindo a acontecer. ----------

Sobre o facto político criado pelo Sr. Presidente da Junta de freguesia de Manique do Intendente, disse desafiar os Deputados Municipais a encontrarem um Presidente da Câmara, que ao longo dos 11 anos de mandato, tenha estado presente em todas as assembleias municipais. Apesar de toda a gente saber que não tem particular simpatia pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Manique do Intendente, no que é também igualmente retribuído, não determina que acerte a suas necessidades fisiológicas em função dos discursos daquele Senhor Presidente de Junta. ----------

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Daniel Claro, disse que a tarifa dos resíduos sólidos não tem nada a ver com a Águas de Azambuja. Em relação ao que foi referido pelo Sr. Deputado António José Rodrigues, disse que tem tido dificuldade em pagar às juntas de freguesias porque as receitas desceram muito, ainda assim o pagamento tem sido sempre feito. ----------

No que diz respeito à AUGI, o Sr. Presidente esclareceu que não se está aqui a tratar da Socasa e, por isso, não aceita que o corrijam até porque teve oportunidade de dizer, com toda a frontalidade, às pessoas da AUGI aquilo que acha em relação a um e a outro bairro. Mais esclareceu o Sr. Presidente que a Câmara pagou todos os projetos da AUGI e da Quinta do Mor. ----------

Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Godinho, disse que o Sr. Deputado escolheu mal quando deu o exemplo de Caldas da Rainha. Aquela Câmara tem três pianos e custaram 100.000 contos cada um. Disse ainda que ele pertence a um partido que tem a maioria das Câmaras deste País e todas elas estão em condições financeiras, provavelmente, muito piores que a de Azambuja, mau grado o que dizem as comunicações sociais regionais, que falam muito da situação financeira da C.M.A., percebendo-se hoje porquê, esquecendo as Câmara vizinhas, que estão em muito piores condições que a nossa. O Sr. Presidente lamentou que o Sr. Deputado tenha reduzido esta situação ao combate político e ao início da pré-campanha eleitoral da sua coligação no concelho. Acrescentou que nunca deixará passar esse tipo de situação, por achar que se quebra a força, nomeadamente, da ANMP que tem, unanimemente, lutado contra as políticas que têm sido dirigidas ao poder local com atitudes como aquela que o Sr. Deputado Municipal hoje aqui enunciou. Segundo o Sr. Presidente, hoje não terá sido o Presidente da Câmara de Azambuja a ser atacado mas sim o poder local. ----------

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues pediu para intervir dizendo que, em relação à AUGI, o Sr. Presidente da Câmara continua a não colocar a situação de uma forma correta e percetível. Explicou que, antes dele, outros presidentes de câmara passaram, numa altura em que as pessoas eram participativas nas sessões, que começavam às 18 horas e terminavam à 1 ou 2 horas da manhã. Vinham cá os interessados da Socasa e outros reivindicar a construção das infraestruturas que deviam ser pagas pela Câmara Municipal. O Sr. Presidente Benavente comprometeu-se a pagar integralmente o custo das infraestruturas do bairro da Quinta do Mor.

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

Frisou que esta é uma questão social da qual a Câmara não se pode descartar. Concluiu a sua intervenção dizendo não gostar de misturar os assuntos particulares e pessoais com os demais, no entanto, esta situação do piano fazia-o lembrar o naufrágio do titanic, que estando a afundar-se a orquestra nunca deixou de tocar. ---
---- Em direito de resposta, pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que nunca enjeitou qualquer compromisso que tenha sido assumido relativamente à AUGI da Quinta do Mor e insistiu na existência de um protocolo assinado com a Câmara. Todavia, na sua opinião, as pessoas têm de ser pró-ativas e não podem estar à espera de que a Câmara faça tudo. ----------
----Também em direito de resposta pediu para intervir o Sr. Deputado António Godinho. Disse não aceitar lições sobre o poder local até porque o Sr. Presidente não o defende mais do que ele. Quanto ao facto de estar sempre presente nas assembleias municipais, disse suspeitar que isso não tenha apenas a ver com o respeito para com o Órgão, mas sim com outras questões que até poderão ser debatidas mais tarde. Relativamente à afronta ao poder local, disse que, provavelmente, a título pessoal, não estará de acordo com algumas coisas, especialmente com os "timings", mas a nível da coligação haverá opiniões diferentes. A verdade é que era preciso fazer alguma coisa ao nível do poder local. E pela força e pela capacidade que este Governo teve e, nomeadamente, o Ministro Miguel Relvas pela capacidade de o afrontar ou de o começar a alterar e de lançar o caminho para mudar uma coisa que toda a gente reconhece que era necessário mudar, mas que nunca ninguém teve coragem de o fazer até hoje. Então sim, o Sr. Deputado acha que se está no caminho certo. Sendo certo também que alguma coisa terá de ser revista. Disse ser preferível tomar uma má decisão a uma não decisão. Durante 37 anos o que se fez foi precisamente não decidir. ----------
---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para informar o Sr. Deputado Manuel Colaço Dias de que, o que ele ouviu sobre o pagamento da ligação aos esgotos, foi, efetivamente, um boato. A Câmara está atualmente a discutir o assuntou com a Águas de Azambuja. ----------
---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para informar que iria suspender a sessão para um curto intervalo de cerca de cinco minutos. ----------
---- Reiniciados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia informou que, estando esgotado este ponto e antes de se entrar na discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, iria colocar à votação as actas das reuniões ordinárias de 29 de Fevereiro e 26 de Abril de 2012. ----------
---- O Deputado Justino Oliveira interveio pedindo para que se fizesse menção nesta ata da correção pedida por ele à pagina 4 da ata do dia 29 de Fevereiro de 2012.------
---- Colocada à votação a acta da reunião ordinária de 29 de Fevereiro de 2012, foi a mesma aprovada por maioria, com 17 votos a favor de 2 abstenções.----------
---- Colocada à votação a acta da reunião ordinária de 26 de Abril de 2012, foi a mesma aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 1 abstenção. ----------
O correio foi disponibilizado para consulta dos Senhores Deputados Municipais. --------

ORDEM DO DIA

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação da matéria constante deste documento. ----------

---- Pediu para intervir o Sr. Deputado Daniel Claro, querendo saber se a Câmara ainda era acionista das Águas do Oeste e, sendo-o, se teve representação na assembleia daquela empresa e qual o sentido de voto. Quis também saber se o Sr. Presidente o podia informar de quais os trabalhos que o Gabinete do Dr. Santana Lopes fez para a EMIA nos seis meses do contrato efetuado por ajuste direto no início do ano. Perguntou ainda pelo ponto de situação das obras que a Águas de Azambuja tinha de fazer ao abrigo da concessão e a correspondente justificação no caso das que não chegaram a ser efetuadas até ao momento. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara, confirmando que a Câmara é acionista da Águas do Oeste, a representação foi delegada no Engº Pedro Bourgard, no entanto não poderia, no momento, informar sobre o sentido de voto, ficando de dar posteriormente essa informação. ----------

Relativamente ao Gabinete do Dr. Santana Lopes, disse que este tinha um contrato de avença mensal com a EMIA e que deu apoio jurídico as todas as operações da empresa. Havendo interesse do Sr. Deputado, o Sr. Presidente da Câmara disse poder disponibilizar-lhe uma listagem dos pareceres emitidos por aquele gabinete. ---------

O relatório da Águas de Azambuja sobre as obras será feito até porque se está a trabalhar nessa matéria. ----------

---- O Sr. Deputado Justino Oliveira interveio também para pedir alguns esclarecimentos sobre, nomeadamente, o projeto de reordenamento urbano da Av.25 de Abril, em Casais do vale do Brejo, que não prevê a colocação de árvores, bancos e candeeiros de jardim, a manutenção e recuperação das redes do saneamento básico - levantamento de tampas. Relativamente rúbrica da Águas de Azambuja, disse não entender o que lá está mencionado. Sobre o Emissário do Vale do Brejo, disse não entender o que queria dizer a sigla DUBS e quis saber para quando se prevê a conclusão desta obra. ----------

---- Seguidamente, pediu a palavra o Sr. Deputado António Lavado dos Reis. Questionou a Câmara sobre o apoio à prova de BTT e o facto de a tourada a favor da Casa-Mãe se ir realizar no Cartaxo e não na Praça de Toiros de Azambuja. Quis ainda saber se já se conhece o valor que os munícipes irão pagar por cada baixada de esgotos nos Casais de Vale do Brejo e Vale Coelho e se essa é uma decisão da Câmara ou da Águas de Azambuja. - ----------

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a intervir mostrando o seu espanto pelo facto de a Câmara de Azambuja ser acionista de uma empresa com a importância da Águas do Oeste e mandar um Diretor representá-la e não saber bem o que é que ele lá fez. Um facto que, na sua opinião, é de uma gravidade extrema, sabendo que existe um litígio, com aquela entidade. O relatório e contas da Águas do Oeste diz que a Câmara de Azambuja tem para com ela uma dívida vencida de 900.000 de euros.

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt
Município de Azambuja

Também diz que não tem qualquer dívida para com o sector público estatal, o que significa que a apregoada dívida à Câmara de Azambuja não está contabilizada. Tendo a Câmara, nessa reunião, votado a favor nesta matéria, com ações em tribunal, isso foi, na sua opinião, de uma gravidade extrema. Essa gravidade começa quando o Executivo da Câmara não tem a mínima ideia daquilo que o Engenheiro que, sendo um funcionário da Câmara, executou decisões políticas nessa dita assembleia. Tendo o voto sido favorável, foi assumido, para todos os efeitos, a dívida para com a Águas do Oeste, pelo que gostaria de ser informado sobre essa votação. -
---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara. ----------
Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Justino Oliveira, informou que quando se lançou a candidatura para o reordenamento urbano do vale do Brejo, a Câmara tinha uma verba pré-definida, sendo que a opção foi empregar toda a verba em tudo o que fosse obra de infraestrutura, para que não houvesse necessidade de voltar a esburacar. Os arranjos de superfície corresponderão a uma terceira fase, já que foi considerada segunda fase a substituição da conduta da água, que também não estava prevista. Sobre a separação das águas pluviais da rede de esgotos, o Sr. Presidente referiu que a Águas de Azambuja está a construir, por todo o Concelho, a rede separativa. ----------
Esclareceu ainda o Sr. Presidente que a Águas de Azambuja introduziram um processo de reequilíbrio financeiro, que tem vindo a ser discutido com a Câmara. ----------
O preço das baixadas está a ser analisado. A tourada a favor da Casa-Mãe foi uma iniciativa do Cavaleiro Manuel Jorge de Oliveira, que está radicado há muitos anos no Cartaxo. ----------
No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Daniel Claro, o Sr. Presidente disse ter sido apanhado um pouco desprevenido, embora não seja motivo de grande preocupação, na medida em que o voto da Câmara, em termos de aprovação de contas na Águas do Oeste, não risca nada. Os municípios são minoritários e o que conta é a decisão da Águas de Portugal. Informou ter chegado hoje ao seu mail a proposta final do acordo com a Águas do Oeste. ----------
---- O Sr. Deputado Justino Oliveira interveio mais uma vez dizendo não ter percebido quase nada da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara. Primeiro porque o caso que expôs, em sua opinião, não tem nada a ver com redes separativas e, relativamente à construção das redes separativas, disse que em Aveiras de Cima ainda existem várias ruas onde não foram feitas essas redes, pelo que todas as águas vão para a rede de esgotos. ----------
---- O Sr. Vereador Silvino interveio para explicar que a ligação do Emissário está prevista para Agosto e, paralelamente a este processo, será ligada toda a rede do Vale Coelho, Inglesas e Vale do Brejo. Adiantou que estão já a ser dados alguns passos no sentido de colocar as estações elevatórias em funcionamento. ----------
---- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu novamente a palavra. Disse folgar que finalmente se tenha chegado à versão final do acordo e que seja dado conhecimento dessa situação às forças politicas com assento na Assembleia Municipal. A ser assim,

o Sr. Deputado Municipal disse que, de facto, a situação que colocou estava ultrapassada. Todavia, disse não o estar nem em relação ao futuro nem à questão de fundo. Foi desvalorizado o facto de haver um acionista maioritário, mas esta não é a questão. A questão de fundo é que foi um representante, sem orientação política, a tomar uma decisão da Câmara, e não uma decisão do Presidente da Câmara. Acrescentou o Sr. Deputado que, nalguns casos, as maiorias interessam muito pouco porque existem os votos de vencido, precisamente para que o voto da minoria tenha algum valimento em determinados casos especiais que a lei coloca. Portanto, o voto de Azambuja contava. Na sua opinião, nem a Câmara devia ter deixado ir o Sr. Diretor nem o Sr. diretor deveria ter ido sem perguntar à Câmara qual era a orientação politica. ----------

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado David Mendes. Acompanhando a crítica do Deputado que o antecedeu, disse pretender censurar o procedimento do Sr. Presidente da Câmara que tem por costume, e pela confiança pessoal nos Diretores de Departamento, pensar que eles podem corresponder a um voto político. ----------

---- Concluído este ponto, o Sr. Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto seguinte. ----------

2. Protocolos: ----------

2.1. Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia: Aditamento ----------

Proposta Nº P 29/P/SL/2012 ----------

---- Interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio para fazer a apresentação desta proposta. -

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

2.2. Cedência de Máquinas e Equipamentos de Corte de Vegetação às Juntas de Freguesia - Proposta Nº P 6/VSL/2012 ----------

----- O Sr. Vereador Silvino Lúcio fez, igualmente, a apresentação da matéria constante desta proposta. ----------

----- Interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira, dizendo que este assunto lhe suscita algumas dúvidas. De facto o protocolo que existe há já algum tempo entre a Câmara e a Junta de Aveiras de Cima sobre este equipamento, foi feito pelo seu antecessor, que não tinha a mínima noção dos custos e dos gastos daquele equipamento. Disse também ter feito sentir ao Sr. Presidente da Câmara e ao Vereador do Pelouro que o referido equipamento da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima tem por ano um encargo de cerca de 6.000 euros para realização destes trabalhos sazonais (nos 3 meses de verão). Assim sendo, quis saber como é que interage este protocolo com o que vai ser celebrado na Freguesia da Maçussa. Percebeu que a Câmara vai emprestar equipamento, vai suportar os custos de conservação, reparação e combustível, todavia, a Junta de Freguesia de Aveiras de cima irá pagar tudo, apenas recebendo cerca de 2.000 euros/ano para custos na ordem dos 8.500 euros, incluindo o desgaste e desvalorização da máquina. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

----- O Sr. Vereador Silvino Lúcio voltou a intervir dizendo que irá analisar o exposto pelo Sr. Deputado Justino na tentativa de serem encontrados pontos de convergência. ----------

----- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 6/VSL/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor (17 do PS, 4 da Coligação PFNT, 3 da CDU e 1 do BE) e 1 voto contra da CDU. ----------

3. Período Especial de Legalização de Obras de Edificação e Edificações Existentes: Prorrogação de Prazo - Proposta Nº P 28/P/2012

----- Para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta interveio o Sr. Presidente da Câmara. ----------

----- O Sr. Deputado Lavado dos Reis pediu a palavra para dizer que alguns munícipes se queixam que a burocracia e a quantidade de dinheiro é a mesma que é exigida para tratar de um projeto de construção para uma casa nova. ----------

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a ideia não é poupar mas sim legalizar uma situação que se encontra clandestina. Se a medida fosse para poupar estar-se-ia a prejudicar quem construiu legalmente. ----------

----- Esgotado este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 28/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

4. Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia da A.M. (LCPA) - Proposta nº P 33/P/2012

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação da matéria constante desta proposta. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes interveio querendo saber se este valor se refere a uma despesa só ou se é um somatório de várias despesas, uma vez que não compreende a existência deste alçapão. ----------

----- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que esta situação decorre apenas da lei aprovada no dia 22 de Fevereiro. Posteriormente saiu o decreto regulamentar que veio criar esta situação, uma vez que, como estava, levava a que qualquer despesa plurianual contraída pela Câmara tivesse que ter autorização prévia da Assembleia Municipal. E a ser assim, das duas, uma. Ou se esperava pelas vias normais da Assembleia Municipal, e atrasávamos tudo, ou se andava, sistematicamente a solicitar reuniões àquele Órgão. Também não há qualquer demissão da Assembleia municipal nesta matéria, porque a lei só prevê que esta situação seja, efetivamente, dispensada de autorização prévia desde que a despesa plurianual esteja inequivocamente inscrita no plano plurianual de investimentos, que é aprovado pela Assembleia Municipal. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes refutou dizendo que fica espantado com o facto de a Coligação PFNT desconhecer este assunto. Começou por criticar e acabou sendo criticada. Na verdade, disse, trata-se de uma crítica ao Governo e não à Câmara Municipal. ----------

----- Seguidamente interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas. Disse que, em sua opinião, esta lei veio esvaziar os poderes da Assembleia Municipal. ----------

----- O Sr. Deputado Daniel Claro também quis intervir nesta matéria. Referiu que o Governo "troikiano" resolveu investir contra as autarquias locais, cumprindo o acordo com a troika. Esqueceu-se que, para o ano, há eleições e, por isso, tratou de arranjar uma nova lei que mudasse a anterior. Ainda assim, Azambuja tem uma situação particular, apesar de se terem recusado arrogantemente a discutir com profundidade a situação financeira da Câmara e de terem também recusado votar uma comissão que acompanhasse essa mesma situação financeira. A Câmara vir, agora, pedir a esta Assembleia que abdique ainda de mais poderes, é algo que este Órgão não pode concordar, porque a Câmara teve todas as oportunidades para resolver a situação na altura certa e em devido tempo. Neste momento a questão é saber como irão agora votar os deputados da maioria. Acrescentou que a Assembleia, em nome da dignidade dos Deputados Municipais, não deveria deixar de fazê-lo. Deveria sugerir uma comissão de acompanhamento que, a ser aceite, o BE votará a presente proposta, não o sendo, o BE recusá-la-á. ----------

---- A seguir pediu a palavra o Sr. Deputado António Godinho. Começou por dizer que esta correção à lei veio demonstrar muito respeito pelas Autarquias Locais, ao contrário do que se tem afirmado. Acrescentou que não pode dar o seu voto a uma Câmara que, em vez de governar, desgoverna, dando como exemplo o caso do fornecimento dos combustíveis sem haver um concurso. ----------

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 33/P/2012 à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (17 do PS e 4 da CDU) e 5 votos contra (4 da Coligação PFNT e 1 do BE). ---------

5. Alteração do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - P 22/VP/2012

----- Apresentou esta proposta o Sr. Vice-Presidente. ----------

----- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

6. SRU, EM - Alteração aos Estatutos - P 5/V-AMF/2012

----- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira fez a apresentação da matéria constante desta proposta. ----------

----- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (16 do PS, 3 da CDU e 2 da Coligação PFNT) e 1 abstenção do BE. ----------

7. Declaração de Interesse Público - Instalação do Estaleiro de Apoio à Obra de Beneficiação/Reforço do Pavimento da A1, sublanço Carregado/Aveiras de Cima - P 36/P/2012

------ O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma breve apresentação da matéria constante deste ponto. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes interveio querendo saber se este licenciamento cessa logo que as obras fiquem concluídas, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito de

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

imediato que sim. Quis também saber se o Departamento tem monitorizado já as estradas que a Tecnovia tem, por obrigação, de reparar por estarem por ela a ser utilizadas, e quais as estradas que irão ser objeto de conserto com as massas asfálticas que vão também ser fornecidas. ----------

----- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para informar que a identificação dos danos causados por essa utilização está monitorizada, e feito o seu levantamento. Quanto à identificação das estradas, que irão ser pavimentadas, em função das massas que serão ser fornecidas gratuitamente, o Sr. Presidente disse que não existe ainda uma definição correta, mas será na freguesia de Aveiras de Cima. ---

----- O Sr. Deputado David Mendes pediu, novamente, a palavra para recomendar que sejam beneficiadas as estradas limítrofes à E.N. 366. ----------

----- O Sr. Deputado Justino Oliveira pediu também a palavra para dizer que alguns munícipes se estão a queixar do pó proveniente daquele estaleiro, que está a inundar as casas e as culturas circundantes. Por outro lado, existe uma relação na junta de freguesia, assumida pelo Sr. Vice-Presidente, de estradas que iriam ser alcatroadas.

-----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 36/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

----- Terminada esta votação, o Sr. Presidente da Assembleia deu nota da chegada à Mesa um Requerimento do P.S. para a continuação da sessão até à 1 hora, e que o iria colocar de imediato à votação. Terminada a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com 20 votos a favor e 6 votos contra. ----------

8. Reconhecimento De Interesse Público - Instalação de Estabelecimento de Restauração e Bebidas. Realização de Eventos - Qtª. Da Lapa - P 24/P/2012

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação desta proposta. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes pediu a palavra para referir que o que está em causa nesta proposta é apenas a aprovação autónoma do Restaurante. ----------

----- Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a referida proposta, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

9. Procedimento para Autorização da Assunção de Compromisso Plurianual - Aquisição de Comunicação de Dados e de Voz Móveis - Escola de Procedimento - P 17/VP/2012

----- O Sr. Vice-Presidente fez a apresentação da matéria constante desta proposta.

----- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu para intervir dizendo conhecer todas as justificações relacionadas com este assunto. Todavia, em sua opinião, um ajuste direto a um operador por 15.000 Euros, para dois anos, sem trazer em anexo uma lista dos equipamentos que a Câmara escolheu, não merece o seu voto favorável. Disse ter recebido uma informação que, "à pala" deste contato, iriam ser distribuídos Ipads, Ipods e Iphones, pelo que gostaria de saber se, de facto, é mesmo assim. ------

----- O Sr. Vice-Presidente interveio para esclarecer que este assunto foi contratualizado para as onze Câmaras da CIMLT, sendo que a Câmara de Azambuja irá beneficiar de uma redução de custos na ordem dos 67%. ----------

----- O Sr. Deputado José Manuel Pratas interveio dizendo concordar com o Sr. Deputado Daniel Claro porque, na verdade, mais cedo ou mais é o país que irá suportar estes custos. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes pediu a palavra querendo saber se existe "plafond" para escolha de um telemóvel. ----------

----- O Sr. Vice-presidente esclareceu que o "plafond" que existe é o de utilização do telemóvel por mês. ----------

----- A Sra. Dra. Irene Lameiro, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, a pedido do Sr. Vice-presidente, interveio para explicar que, em termos de valores para os equipamentos, há um "plafond" global de 16.200,00 euros, a distribuir pelos equipamentos que virão a ser escolhidos. Nele terá de se incluir a necessidade de substituição de equipamentos que entretanto se avariem. Estas foram as condições negociadas para todos os municípios da CIMLT. Adicionalmente, na nossa Câmara, foram impostos "plafonds". Já existiam para funcionários que tinham telemóveis, os quais, sendo ultrapassados, seriam automaticamente descontados nos seus vencimentos. Por aconselhamento do Tribunal de Contas, esses "plafonds" foram estendidos ao próprio Executivo. Neste caso o "plafond" é de 40,00 euros/mês e tudo o que for além disto será deduzido no respetivo vencimento. - ----------

----- Os Srs. Presidentes das Juntas de Vila Nova da Rainha e Vila Nova de S. Pedro foram unânimes em referir a importância desta proposta uma vez que as chamadas entre Funcionários, a Câmara e a Juntas serão, ao abrigo deste contrato, todas gratuitas. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes voltou a intervir dizendo que lhe parece haver aqui alguma economia se bem que o que está em causa é a relutância do Executivo em explicar bem o assunto. Os Presidentes de Junta não negociarem nada, estão apenas a contar a história que lhes foi contada. Disse o Sr. Deputado que o que ouviu foi que a Dra. Irene disse que o valor global era de 16.000,00 euros. Ora, sendo global não existe nenhum valor intermédio como máximo, o que subentende, pela explicação dada, que pode haver gente a escolher coisas na ordem dos 500/600 euros e o que sobrar é, então, para os Presidentes de Junta que tem que se arranjar com equipamentos de 80 euros. É por estas razões que as explicações são necessárias. ----
Se o valor de 16.000,00 euros não for global então a situação ainda é mais complicada, disse. ----------

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que o que a Assembleia Municipal tem que autorizar é a assunção de um compromisso plurianual. A Assembleia Municipal não tem a ver com o telefone que ele ou o Sr. Vereador Luís de Sousa escolhem, pois trata-se de um mero ato de gestão. ----------

------ O Sr. Deputado Daniel Claro, não concordando com a afirmação do Sr. Presidente da Câmara, disse que enquanto ele gerir o erário público terá sempre de dar conhecimento dos seus atos à Assembleia, aos Deputados Municipais e aos Munícipes. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 17/VP/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (17 do PS e 2 da CDU) e 2 votos contra (1 do BE e 1 da Coligação PFNT). ----------

10. Aprovação do Caderno de Encargos e Programa do concurso Público nº 1/2012/CCE - Aquisição de Refeições Escolares - P 04/V-AMF/2012

----- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira interveio para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes quis saber o que a Sra. Vereadora entendia por planos de eficiência e economia de escala. ----------

----- Interveio também o Sr. Deputado Lavado dos Reis querendo saber se já se sabe onde a empresa irá ficar instalada, uma vez que irá fornecer várias escolas do Concelho. Lembrou que, no último ano letivo, a escola de Aveiras de Cima chegou a ficar sem comida para cerca de 30 alunos. ----------

----- Interveio a seguir o Sr. Deputado Daniel Claro dizendo que irá, com alguma mágoa, votar contra esta proposta. Informou que o seu voto não tem a ver com o esforço da Sra. Vereadora, que foi por ele acompanhado, mas sim com insuficiência das cláusulas penais do contrato se a empresa não cumprir. Disse não ter visto no cotejo deste caderno de encargos, com o outro, diferenças significativas. Disse ainda ter uma preocupação que se adensa ainda mais pelo facto do valor ter descido. Numa altura em que os preços estão a subir, dada a atual conjuntura, receia que a qualidade da comida fique em causa. ----------

----- Pediu também a palavra o Sr. Deputado Lúcio Costa referindo que este assunto foi debatido algumas vezes no conselho municipal de educação, pelo que está de acordo com a argumentação do Deputado Municipal Daniel Claro. Este contrato de alimentação deveria ficar devidamente salvaguardado. ----------

----- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira tomou a palavra para informar que o acompanhamento desta situação é feito diariamente, ela própria o acompanha diariamente. Também as escolas preenchem um documento onde é feito o registo dos problemas que são detetados diariamente. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado David Mendes, a Sra. Vereadora disse ter utilizado um termo genérico que foi usado no âmbito da CIMLT e adotado por estes municípios que resolveram unir-se, no sentido de apresentar um concurso duma dimensão que permitisse ter um custo mais baixo. Explicou também que a empresa que vencer o dito concurso irá fornecer refeições a estes municípios mas, no nosso caso, foi posta a condição de que a comida seria feita em Azambuja e não fora. O procedimento que irá ser implementado é o mesmo que existe neste ano letivo. Os Centros Escolares de Azambuja e Alcoentre dispõem de cozinhas totalmente equipadas para o efeito e, em Aveiras de Cima, no próximo ano letivo, a situação está salvaguardada porque existe a possibilidade de a comida ser confecionada na EB 2,3, por forma a evitar os desajustes ocorridos este ano. ----------

Relativamente aos custos, a Sra. Vereadora disse que todo o processo é consubstanciado no caderno de encargos, onde constam todas as regras que irão nortear a confeção das refeições em termos de quantidade, qualidade e tipo de produtos, o que vai permitir à Câmara agir sempre que se verifiquem situações que não estão em conformidade. Para além disto, ainda existe outra possibilidade que é o facto de se poder alterar um prato ou algum produto que não funcione numa ou noutra escola. ----------

----- O Sr. Deputado David Mendes pediu mais uma vez a palavra para dizer que, face à crise que se vive, se os produtos aumentarem a empresa vai ter que compensar esse aumento reduzindo na quantidade ou na qualidade das refeições e a Câmara não vai ter armas para contrapor a situação, na medida em que já assinou, através da CIMLT, o contrato para um determinado valor. ----------

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para informar que se a empresa não cumprir a Câmara rescinde o contrato. ----------

Não havendo intervenções, foi a proposta colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 18 votos a favor (15 do PS e 3 da CDU) e 1 voto contra do BE. ----------

----- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio para apresentar oralmente a seguinte declaração de voto, que se transcreve na íntegra: ----------

"DECLARAÇÃO DE VOTO ----------

Acompanhei, no último ano, como membro do conselho municipal de educação, todas as incidências que, na matéria das refeições escolares, se passaram. Acompanhei e, por isso, quero dar o testemunho, nesta declaração de voto, o empenhamento da Sra. Vereadora em resolver as questões até à exaustão tanto quanto me apercebi. No entanto, acompanhei, também, a enorme preocupação de pais e de membros dos conselhos executivos das escolas, relativamente ao modo como, em caso de insuficiência nestes contratos, se poderiam responsabilizar as empresas ou até substitui-las. O meu voto contra é contra o processo seguido pela CIMLT de adjudicação das refeições, significando que o BE entende que a Câmara Municipal de Azambuja não deveria, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista político, aderir a este contrato e a este caderno de encargos". ----------

11. Alteração ao Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública - P 16/P/2012

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para apresentar a matéria constante deste ponto. ----------

----- Pediu para intervir o Sr. Deputado Daniel Claro. Pediu permissão para antes referir dois aspetos que gostaria que ficassem registados em ata. Um deles é que, por palavras, o reforço da atenção do PSD para com o Conselho de Azambuja ficou hoje aqui claramente explícito. Chegados à meia-noite abandonaram a sala sem qualquer tipo de explicação. A segunda questão tem a ver com as expressões e os gestos que os Senhores Vereadores fazem perante algumas opiniões. Disse que esses gestos talvez não queiram dizer que estes "gajos" sejam mesquinhos, todavia andam lá perto. Disse perceber essas manifestações, ainda que insultuosas. Referiu perceber

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja

também que, por vezes, o Sr. Presidente da Câmara o apelida de "profeta da desgraça", pelo que, salientou, as desgraças são como as "bruxas para os espanhóis" não se acredita que existem mas que têm existido têm. ----------
Entrando no ponto, o Sr. Deputado disse ter-se chegado à conclusão de que temos um estado de direito que impõe determinadas regras mas as operadoras dizem, "a gente não cumpre", e o estado de direito muda as regras. Arranjando um artifício, que é um protocolo, que não serve para nada. Esta proposta não trouxe um documento que é fundamental - a minuta do tal protocolo - para a Assembleia ver quais são as cláusulas coercivas e a eficácia jurídica do protocolo. Sem isso, o Sr. Deputado disse não perceber o que é que se vai votar, pelo que a Câmara devia retirar a proposta. --
----- O Sr. Deputado Justino Oliveira pediu também para intervir querendo saber quem é que vai fiscalizar as obras dessas empresas em todo o município, como é que a Câmara toma conhecimento das mesmas e qual é a obrigatoriedade dessas empresas se dirigirem à Câmara. ----------
----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para prestar os devidos esclarecimentos. Disse não haver nenhuma proposta de protocolo tipo. O que há são as condições que estão expressas neste regulamento e que dizem que o protocolo terá que mencionar quais são as condições que a empresa operadora tem a observar e como é que se fará o pagamento, em caso de reposição do pavimento que venha a ser feita pela Câmara em substituição dessa mesma empresa. ----------
----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P16/P/2012 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor (17 do PS, 3 da CDU e 1 da Coligação PFNT) e 1 voto contra do BE.

13. Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Azambuja

----- Dos três Grupos Parlamentares apenas o Grupo do PS apresentou como candidata a Sra. D. Vera Lúcia Raimundo Brás do Santos. ----------
----- O Sr. Presidente da Mesa deu, então, inicio à votação, por meio de voto nominal e secreto. ----------
Realizada a votação verificou-se o seguinte resultado: ----------
VOTOS SIM: 18 ----------
VOTOS BRANCOS: 3 ----------
O Sr. Presidente da Mesa declarou eleita para **1ª Secretária da Mesa a Sra. D. Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos.** ----------

APROVAÇÃO POR MINUTA

---- A Primeira Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -------

ENCERRAMENTO

----Eram zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e sete de Junho de dois mil e doze, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. ----------

---- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------

Praça do Município, 19 | 2050 - 315 Azambuja | Nº Geral: 263 400 400 | Fax: 263 400 413 | Site: www.cm-azambuja.pt | E-mail: geral@cm-azambuja.pt Município de Azambuja